

CONHECIMENTOS
EM CHOQUE: UM
PANORAMA SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES DA
ETNOARQUEOLOGIA*



IGOR M. MARIANO RODRIGUES**

Resumo: enquanto subdisciplina que articula as práticas etnográfica e arqueológica, a etnoarqueologia foi definida de diversas formas e em diferentes lugares desde seu estabelecimento em meados do século XX. Com uma breve revisão bibliográfica, este artigo apresenta as principais modificações pelas quais ela passou, demonstrando que a etnoarqueologia não pode mais ser reduzida a uma única estratégia de pesquisa que tem apenas o positivismo como sua base filosófica. Entende-se que a etnoarqueologia se transformou tanto quanto as referidas práticas que a compõe e a legitimam como subdisciplina, sobretudo, quando se considera o grande potencial reflexivo, e de afetação, propiciado pela prática etnográfica, motivada por questões arqueológicas. As mudanças ocorridas nos objetivos da etnoarqueologia, nas formas de interação de seus praticantes com distintas populações, assim como na produção de seu conhecimento como um todo, são pensadas aqui por meio do “choque epistêmico”, inspirado na ideia de “choque cultural” de Wagner (2010).

Palavras-chave: Etnoarqueologia. Prática etnográfica. Epistemologia. História da Ciência

Desde meados do século passado a etnoarqueologia foi definida e praticada de muitas maneiras e em distintos lugares. Este artigo apresenta uma pequena revisão de obras publicadas, majoritariamente em língua inglesa, para sintetizar as principais modificações da etnoarqueologia. Pretende-se demonstrar que esta subdisciplina não pode mais

* Recebido em: 01.01.2022 Aprovado em: 30.10.2022.

** Doutor em Arqueologia. Mestre em Antropologia. Graduado em História. Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território LINTT/MAE-USP. E-mail: igor_mmrodrigues@hotmail.com.

ser compreendida de uma única forma e isso está imbricado à sua prática etnográfica motivada por questões arqueológicas.

Embora seja compreendida, no geral, enquanto estratégia de pesquisa que recorre à prática etnográfica para tratar de questões que habitam o imaginário de quem se dedica e vive a arqueologia, reduzir a etnoarqueologia a uma perspectiva alicerçada apenas em uma filosofia positivista não é mais apropriado. Tal como as práticas etnográfica e arqueológica não podem ser definidas de forma única, tampouco pode-se esperar que a etnoarqueologia também seja, afinal, ela é uma subdisciplina que basicamente articula essas duas práticas.

Mesmo com a continuidade de compreensões mais conservadoras (ROUX, 2007; POLITIS, 2015), ou até mesmo bastante estreitas (GOSSELAIN, 2016), a etnoarqueologia mudou e segue se reinventando, conforme apontam diversos trabalhos (BRADY, KEARNEY, 2016; CUNNINGHAM, MACEACHERN, 2016; DAVID, 1992; LANE, 2015; LYONS, CASEY, 2016; LYONS, DAVID, 2019; SILVA, 2021). Ainda, nesse processo de reinvenção algumas perspectivas mais recentes apresentam pontos de convergência com outras arqueologias que também recorrem à prática etnográfica (ATALAY, 2012; COLWELL-CHANTHAPHONH *et al.*, 2010; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; HAMILAKIS, 2011). Como se argumentará, boa parte das mudanças ocorridas nos objetivos da etnoarqueologia, e nas formas de interação de seus praticantes com distintas populações, decorre do potencial reflexivo propiciado pela vivência etnográfica, sobretudo o que será aqui denominado de “choque epistêmico”, inspirado na noção de “choque cultural” de Roy Wagner (2010).

O texto inicia destacando o potencial da etnografia em produzir “choques epistêmicos” para a transformação disciplinar, abordando as motivações que levaram a arqueologia a buscar a prática etnográfica e a importância disso para o próprio surgimento e consolidação da etnoarqueologia. Em seguida, os principais desdobramentos da etnoarqueologia são apontados, demonstrando a diversidade de abordagens mais recentes e apontando críticas e contra críticas à subdisciplina para, por fim, fazer um balanço de algumas interseções das perspectivas etnoarqueológicas atuais com outras arqueologias que também recorrem à prática etnográfica.

ETNOGRAFIA E OS CHOQUES EPISTÊMICOS

Segundo Roy Wagner (2010), a “invenção da cultura” do outro acontece com traduções, alegorias e analogias. Isso se dá por meio do “choque cultural” decorrente da inserção no mundo do outro. Tal choque é necessário para tornar visível e inventar a cultura desse outro a partir da observação e aprendizado. Essa noção é boa para pensar em “choques epistêmicos” quando, diante de outras práticas, vivências, entendimentos, conhecimentos e explicações de mundo, pode-se repensar a própria forma de produção de conhecimento dentro de um campo disciplinar.

Um potente caminho para esses choques é a prática etnográfica, cuja experimentação pela participação ativa pode afetar profundamente, e irreversivelmente, quem a pratica (FAVRET-SAADA, 2005). Trata-se de uma prática que demanda constante reflexão e requer múltiplas habilidades, “incluindo a capacidade de tomar decisões em condições de considerável incerteza” (HAMMERSLEY; ATKINSON 2007, p. 4, tradução nossa). É preciso ter criatividade, empenho, flexibilidade, sensibilidade e paciência (WAGNER, 2010). Etnografar¹ é “descrever as vidas de outras pessoas além

de nós mesmos, com uma precisão e sensibilidade afiada por uma observação detalhada e por uma prolongada experiência em primeira mão” (INGOLD, 2015, p. 327). Também pode ser considerada uma extensa aula-magna em que, paulatinamente, a pessoa novata (etnógrafa) aprende a não somente ver as coisas, mas também a ouvir e sentir, tal como quem a ensina (INGOLD, 2022). Etnografar requer imersão e construção de relações com diferentes interlocutores, o que está longe de ser uma prática neutra e objetiva, na medida em que envolve conversas e trocas com quem se interage. Na prática etnográfica, ainda, é preciso estabelecer relações e selecionar informantes, objetivando a realização de uma descrição densa (GEERTZ, 2008). E para isso, ao longo da “imersão etnográfica” a negociação com os interlocutores é constante, já que as pessoas “são informantes no sentido mais completo do termo, pois têm controle sobre a informação que oferecem” (STRATHERN, 2014, p. 351).

Uma ideia chave na prática etnográfica é a tradução. Traduzir o pensamento e as concepções de outros povos permitiu refinar os conceitos em antropologia (WAGNER, 2010; VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Portanto, da mesma forma que a prática etnográfica é central para o desenvolvimento da antropologia, estabelecendo e repensando diversas teorias e noções (PEIRANO, 2008; STRATHERN, 2014), ela é capaz também de produzir choques epistêmicos na construção de teorias e conceitos em arqueologia.

MOTIVAÇÕES PARA ETNOGRAFAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A percepção de que as etnografias da antropologia não produziam informações propícias aos problemas arqueológicos de meados do século XX levou a arqueologia a se relacionar com outros povos por meio da prática etnográfica (ASCHER, 1961; CHANG, 1967; DAVID, KRAMER, 2001; GOULD, 1978; HODDER, 2012; KLEINDIENST, WATSON, 1956; LANE, 2006; SILVA, 2000, 2021). Como existem muitas lições que a arqueologia pode aprender com distintos povos que não conseguirá receber de mais ninguém (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006), tal interação ampliou os horizontes interpretativos da disciplina, especialmente pelo desenvolvimento da etnoarqueologia que, basicamente, requer imersões etnográficas.

Experienciar outras formas de viver e habitar o mundo trouxe percepções mais detidas sobre, por exemplo, a natureza das variáveis atuantes na formação do chamado registro arqueológico, as dimensões da variabilidade artefactual, os processos de ensino-aprendizagem e os entendimentos acerca da dimensão polissêmica da cultura material e seu papel ativo nas interações políticas entre as pessoas. Conviver com a alteridade durante as imersões etnográficas engendrou mudanças radicais no pensamento arqueológico como, por exemplo, o advento do processualismo e do pós-processualismo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003; LYONS; CASEY, 2016; SILVA, 2021). Ao envolver a prática etnográfica em seu saber-fazer, a etnoarqueologia fomentou inúmeras reflexões, desde as mais pragmáticas até as mais recentes ponderações sobre os dilemas éticos, sobre a relevância da arqueologia para a sociedade e para as comunidades com as quais ela interage, por exemplo.

A etnoarqueologia, portanto, está no âmago da construção de teoria em arqueologia², além de balizar o desenvolvimento de muitas outras tendências atuais (CUNNINGHAM, 2009; LYONS, DAVID, 2019; POLITIS, 2015). Ela também estimulou a valorização da pesquisa etnográfica por direito próprio, reunindo infor-

mações sobre práticas sociais contemporâneas que poderiam ou não ser usadas como analogia na interpretação arqueológica (HAMILAKIS, 2011). Como pontuou Fabíola Silva (2021, p. 180), sem as perspectivas etnoarqueológicas boa parte das interpretações arqueológicas relativas às questões “concernentes à vida econômica, social, política, ritual e estética das populações do passado poderiam ser sequer cogitadas pelos arqueólogos...”.

Com o passar do tempo, muitos dos praticantes de etnoarqueologia deixaram de recorrer aos outros unicamente como fontes para analogias, passando a ser guiados por eles, valorizando seus conhecimentos, suas visões de mundo, ontologias, e confrontando suas perspectivas com as da arqueologia. A etnoarqueologia quando passou a ser feita com as pessoas, e não somente sobre elas, considerando a sério suas ontologias, adquiriu também um potencial de contribuir para descolonizar a arqueologia, tornando-a menos antropocêntrica, mesmo lidando com temas recorrentes na disciplina, como, por exemplo, a relação entre presente e passado (BRADY; KEARNEY, 2016) e o conceito de cultura material (RODRIGUES, 2021).

Se num primeiro momento a etnoarqueologia recorreu a diversas populações como simples objetos de estudo para seus interesses acadêmicos exclusivos, vários caminhos foram abertos posteriormente. Isso levou a autocríticas e interfaces colaborativas com diferentes comunidades que passam a ser reconhecidas como sujeitos detentores e construtores de conhecimentos, muitos dos quais foram capazes de causar choques epistêmicos, tanto na etnoarqueologia como na própria arqueologia.

A ETNOGRAFIA NO SURGIMENTO DA ETNOARQUEOLOGIA

Em meados do século XIX, a arqueologia e etnografia eram mais próximas entre si nas Américas. Ambas integraram uma seção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Botânico do Amazonas, criado em 1883 por João Barbosa Rodrigues, pioneiro na etnoclassificação de objetos arqueológicos na Amazônia (FERREIRA; NOELLI, 2009). Ao coletar informações etnográficas para fins arqueológicos, Barbosa Rodrigues se aproximou do que futuramente viria a ser definido enquanto pesquisa etnoarqueológica (SILVA, 2009a).

Contudo, o primeiro autor a utilizar o termo *ethno-archeologist* foi o norte-americano Jesse Fewkes (DAVID; KRAMER, 2001; HODDER, 2012; LANE, 2006; POLITIS, 2015; STANISLAWSKI, 1974), referindo-se a uma pessoa com experiência etnográfica e guiada pelos indígenas, em uma perspectiva que aspirava integrar mitos e história oral nativa com fontes arqueológicas:

Ainda há muito material sobre as migrações dos clãs Hopi a ser reunido, e a identificação de muitos sítios de antigas habitações por métodos arqueológicos ainda está para ser feita. Este trabalho, no entanto, pode ser melhor feito sob a orientação dos índios por uma pessoa etnoarqueóloga, que pode trazer como preparação para seu trabalho um conhecimento íntimo da vida atual dos aldeões Hopi (FEWKES, 1900, p. 579, tradução nossa).

Essa articulação entre distintos fenômenos se assemelha à “abordagem histórica direta”³. Entretanto, ressalta-se que Fewkes, como fruto de seu tempo e inspirado nas ciências naturais, considerava que as fontes arqueológicas deveriam ser interpretadas através da etnologia, analogamente à determinação dos fósseis pela comparação com a

anatomia de gêneros vivos (FEWKES, 1896). Mesmo assim, a ideia de se guiar pelos indígenas difere do projeto de etnoarqueologia criado em meados do século XX, cuja filosofia positivista apagaria as pessoas etnografadas.

A formalização da etnoarqueologia, segundo David e Kramer (2001), ocorreu em *Action archeology: the archeological inventory of a living community*, que evocou a produção de etnografias por parte da arqueologia para suprir as lacunas deixadas pela antropologia: “Talvez seja hora de o arqueólogo ir para o campo das comunidades vivas com sua própria orientação teórica e coletar as informações necessárias à sua maneira” (KLEINDIENST; WATSON, 1956, p. 76-77, tradução nossa). Nessa “arqueologia da ação”, a etnografia deveria: inventariar artefatos (nomes, técnicas de manufaturas, variação na forma e tamanho); ver em que medida os sepultamentos refletiriam posição social através da observação de aspectos como moradia e vários implementos cotidianos; estudar técnicas de caça para compreender as ferramentas e o estado dos ossos; observar estratégias de subsistência e o que resultará como remanescente arqueológico; verificar quais aspectos não-materiais poderiam ser inferidos pelos materiais, como a forma das casas e sua ligação com a estrutura social, por exemplo.

Dentro do processualismo, a etnoarqueologia foi vista enquanto um caminho para se livrar da analogia etnográfica, o que não ocorreu (HODDER, 2012; SILVA, 2000; WYLIE, 1985). Por um lado, intentou-se criar uma “teoria de médio alcance” para explicar o registro arqueológico de modo não ambíguo (BINFORD, 1967; 1980). Por outro lado, sem acreditar nessa possibilidade, a chamada “arqueologia viva”, *living archaeology* (GOULD, 1980), definida como estudo do comportamento humano de produção de resíduos, apostou nas particularidades e no raciocínio indutivo, propondo que a etnografia funcionaria melhor a partir de problemas de pesquisas orientados por sítios arqueológicos (GOULD, 1971).

Apesar de alguns trabalhos terem feitos comparações entre categorias éticas e êmicas (ARNOLD, 1971; GOULD *et al.*, 1971), no âmbito da etnoarqueologia processualista considerava-se que relacionamento com as pessoas deveria ser o mínimo possível: “[...] devemos aprender a ver a dinâmica de uma perspectiva apropriada ao registro arqueológico. Tal ponto de vista deve ser (1) não participante, (2) externo e (3) partitivo” (BINFORD; SABLOFF, 1982, p. 151, tradução nossa).

Em suma, se o esboço de uma pessoa etnoarqueóloga, feito por Fewkes, deveria conectar fontes arqueológicas com tradições e conhecimentos nativos, o surgimento concreto da etnoarqueologia, dentro da Nova Arqueologia, descartou essa possibilidade, na medida que se apostava apenas em ir a campo para coletar o que interessasse à arqueologia do momento: ambiciosa por leis e correlatos transculturais entre comportamento humano e vestígios materiais. Porém, isso não significa dizer que Fewkes propôs uma pesquisa colaborativa, pois, como pontuou Ingold (2015) em relação à prática etnográfica como um todo, demorou quase cem anos para que as pessoas rotuladas de “nativos” se tornassem colaboradoras, pessoas com as quais se trabalha.

Do mesmo modo que praticantes de antropologia passaram a fazer suas próprias etnografias, já que os relatos produzidos por missionários, viajantes, dentre outros chamados *man on the spot*, não atendiam as exigências antropológicas do momento, construindo assim o que Clifford (2014) chamou de “autoridade etnográfica”, praticantes de arqueologia fizeram o mesmo. Tais praticantes produziram suas próprias etnografias, sob forte influência funcionalista (SILVA, 2021), para tratar de questões não contempladas pelas etnografias antropológicas da época. Essas primeiras práticas

etnográficas, realizadas no âmbito da etnoarqueologia processualista, como posto, estiveram permeadas de cientificismo, objetividade e neutralidade, pretendendo ser “não participativas”.

PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS

Cerca de trinta anos depois do desenvolvimento da etnoarqueologia ela já não podia ser mais pensada de maneira coerente e unificada, dada a simultânea existência de posturas científicas e hermenêuticas (DAVID, 1992). Tal pluralidade de etnoarqueologias, concernente aos referenciais teóricos e objetos de pesquisa, reflete a diversidade interna própria da arqueologia (SILVA, 2000).

Em uma das principais revisões sobre o tema, David e Kramer (2001) reuniram doze definições de etnoarqueologia que foram produzidas entre 1977 até 1996. Buscando uma definição abrangente para dar conta dessa chusma de entendimentos, esses autores conceituaram a etnoarqueologia como o estudo etnográfico de culturas vivas a partir de perspectivas arqueológicas, englobando diversas abordagens para compreender as relações entre a cultura material e o todo cultural. Portanto, a prática etnográfica a partir de interesses arqueológicos seria o fundamento da etnoarqueologia, e os resultados das pesquisas deveriam ser pensados menos como receitas específicas para interpretação em arqueologia, e mais enquanto “alimento para a imaginação arqueológica” (DAVID; KRAMER, 2001, p. 195, tradução nossa).

Por ter sido praticada em diversos momentos e lugares, como na Alemanha, China, França, Itália, Polônia, Rússia e Turquia, por exemplo, em que barreiras linguísticas contribuíram para o isolamento de algumas práticas (MARCINIAK; YALMAN, 2013), a diversidade de entendimentos sobre o que vem a ser a etnoarqueologia tornou-se ainda maior. Por exemplo, ela é definida ao menos de três maneiras distintas na Rússia e França (MARCINIAK; YALMAN, 2013; ROUX, 2013). Entretanto, a versão processualista-positivista norte-americana, também conhecida como “clássica” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016), é a mais consolidada e com estudos mais influentes (CHIRIKURE, 2016; MARCINIAK, YALMAN, 2013), graças à estreita relação entre arqueologia e antropologia na América do Norte, somado à busca por generalizações transculturais sobre o comportamento humano (HODDER, 2012).

No âmbito processualista, a etnoarqueologia buscou observar diretamente a manufatura, a distribuição, o significado e o uso de artefatos em contextos de populações não industriais para a construção de modelos explicativos com vistas a tornar a analogia e a inferência arqueológica mais robustas (STANILAWSKI, 1974). Gould (1978) concebeu a etnoarqueologia enquanto “antropologia do comportamento de descarte” e Kramer (1979) entendia que o olhar arqueológico sobre contextos de populações do presente definiria de que maneira o comportamento observado resultaria nos remanescentes arqueológicos. Já no âmbito pós-processualista, as pesquisas centraram-se em descrever detalhadamente como a cultura material e sua organização espacial funcionariam de forma recursiva em contextos etnográficos particulares, com mais atenção sobre os significados culturais específicos e menos preocupação em como esses estudos poderiam ser usados para interpretar registros arqueológicos particulares (LANE, 2006). Em síntese, se a etnoarqueologia processualista procurou regularidades no comportamento social e técnico num dado contexto ambiental, a versão pós-processualista buscou estruturas e princípios que fundamentam as atividades ideológicas e

sociais no contexto da ordem ideacional (DAVID, 1992). Ao passo que a prática etnográfica processualista se baseou no funcionalismo, como sobredito, a prática etnográfica pós-processualista recorreu à versão interpretativa-hermenêutica, como se observa, por exemplo, em Hodder (1982), autor que, ainda, realçou a impossibilidade de assumir uma postura neutra em face ao caráter político das relações estabelecidas com as pessoas durante a etnografia.

No início do presente século, surgem abordagens que rompem com a perspectiva de utilizar o presente etnográfico tão somente para iluminar o passado arqueológico. Por lidar com povos explorados e oprimidos pelo ocidente moderno, capitalista e industrial, via imersões etnográficas, González-Ruibal (2003) realçou a necessidade de não menosprezarmos como o outro concebe a si mesmo por meio da cultura material:

A etnoarqueologia é o estudo arqueológico de sociedades geralmente pré-industriais, com o objetivo de produzir uma arqueologia mais crítica e menos enviesada culturalmente, de gerar ideias que favoreçam o debate arqueológico e de contribuir para as sociedades com as quais se trabalha, tendo em conta as suas tradições, ideias e pontos de vista (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 11, tradução nossa).

Como pontuado posteriormente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016), observa-se nesse entendimento um duplo propósito da etnoarqueologia em fomentar uma arqueologia menos centrada no ocidente ao mesmo tempo em que é capaz de inspirar novas ideias e olhares para o registro arqueológico. Além disso, a preocupação em dar algum retorno para as populações com as quais se trabalha passa a ser parte das pretensões de pesquisa.

A valorização de epistemologias indígenas e não-ocidentais sobre o mundo material também foi destacada por Lane (2006), para quem, ademais, a etnoarqueologia precisa ser historicizada ao estudar as diferenças e mudanças entre o presente e o passado. Esse autor propôs combinar a etnoarqueologia com a arqueologia histórica para examinar por que e como o presente difere do passado mais recente, ao invés de apenas procurar o presente para verificar semelhanças com o passado, de forma parecida com a proposta de Ratje (1978). Essa possibilidade etnoarqueológica de estudo comparativo entre o presente e o passado, apoiada quando possível em fontes etnohistóricas, também foi destacada em outros trabalhos (CHIRIKURE, 2016; LYONS, CASEY 2016; SILVA, 2021).

Lane (2006; 2015) também argumentou que a etnoarqueologia precisa investigar a temporalidade e a materialidade ao estudar as maneiras pelas quais diferentes sociedades atribuem valor e significado aos vestígios materiais. Considerando que outras sociedades também “fazem arqueologia”, embora de forma distinta de como é feita dentro da academia, a etnoarqueologia precisa integrar as dimensões material e imaterial da cultura e, ao “presenciar” o passado por meio dos vestígios arqueológicos, ela “forma uma linha central da prática em todas as sociedades, sejam passadas, presentes ou futuras. Concebida nesses termos, etnoarqueologia é arqueologia indígena”⁴ (LANE, 2015, p. 29, ênfase do autor, tradução nossa). Ao se debruçar sobre a forma como diferentes sociedades atribuem valores e significados históricos ao mundo físico, a etnoarqueologia se tornaria etimologicamente mais correta (LANE, 2006).

283 Se outrora a etnoarqueologia buscou populações supostamente não modernas, hoje em dia entende-se que ela sempre estudou populações dentro da modernidade

(CUNNINGHAM, 2016). E isso é importante na medida em que a “etnoarqueologia estuda os “outros” não por causa de seu tradicionalismo, mas porque suas perspectivas culturais e experiências dentro do capitalismo têm sido muito diferentes dos contextos nos quais os arqueólogos costumam operar” (CUNNINGHAM; MACEACHERN, 2016, p. 636-7, tradução nossa). Uma preocupação mais atual da etnoarqueologia é conhecer os enredos entre humanos e objetos em suas constituições mútuas (GONZÁLEZ-RUIBAL *et al.*, 2013), possibilitando que epistemologias indígenas influenciem radicalmente as formas de compreensão da evidência material, incluindo noções de tempo (BRADY, KEARNEY, 2016; LYONS, CASEY, 2016). Enquanto existirem diferenças nas experiências e vivências humanas sempre haverá possibilidades para a etnoarqueologia avaliar e refinar a teoria arqueológica, então, essa subdisciplina não pretende mais buscar somente aspectos “tradicionais e intocados” nas sociedades e na cultura material (CUNNINGHAM, 2009).

Ainda existem compreensões de que a etnoarqueologia pode continuar expandindo a consciência analógica, fornecendo meios para a arqueologia desafiar pressupostos recorrentes sobre as causas da variabilidade material (CUNNINGHAM, 2016). Entretanto, há também entendimentos de que ela não precisa mais se restringir ao fornecimento de “embalagens de analogias” para a arqueologia, tornando-se mais um caminho alternativo para reflexões sobre os engajamentos das pessoas com o mundo material, seja para testar e desenvolver teoria em tempo real, seja para entender a materialidade no tempo presente (LYONS; CASEY, 2016).

Com base na “Antropologia das Técnicas”⁵, Lyons e Casey (2016) sustentam que a etnoarqueologia proporciona exemplos observáveis de sistemas tecnológicos em várias sociedades; pode estudar a relação entre o social e cultural de modo mais equilibrado, dissolvendo a divisão entre aspectos materiais e não materiais; pode elucidar até os engajamentos entre humanos e os materiais que deixam pouca evidência material detectável. Lyons e David (2019), por sua vez, acrescentam a capacidade da etnoarqueologia em contribuir para: a compreensão da cultura material no presente e no passado; o estudo de questões atuais sobre mudanças climáticas, desigualdades sociais e marginalização; proporcionar novas percepções para a arqueologia experimental e arqueometria; estudar a constituição de identidades sociais e a materialidade; estudar a agência de objetos e proporcionar abordagens capazes de romper com a separação entre entidades humanas e não-humanas.

Por envolver a prática etnográfica, os interlocutores são extremamente relevantes para a etnoarqueologia, pois oferecem suas próprias explicações sobre seus atos materiais (CUNNINGHAM, 2009). Isso potencializa a capacidade da etnoarqueologia em abranger a interação entre distintos tipos de pessoas, suas habilidades e relações com diversos seres, no mundo material em que habitam. Outrossim, ao acompanhar as mudanças na teoria antropológica, a etnoarqueologia tem incluído estruturas teóricas que se valem de ontologias nativas (LYONS; DAVID, 2019).

Um exemplo disso é a proposta etnoarqueológica engajada com as epistemologias indígenas permeadas por encontros e afetos com os espíritos, que possibilita rechaçar a “ciência arqueológica ocidental”, na medida em que a “o fornecimento de insights para quem a pratica está diretamente ligado aos desejos e controle daqueles que compartilham o conhecimento” (BRADY; KEARNEY, 2016, p. 643, tradução nossa). Ainda segundo esses autores, essa postura significa assumir um compromisso metodológico colaborativo ao invés de “perder o controle da agenda de pesquisa”. Com esse mesmo

intuito, Shadreck Chirikure (2016) enxerga a etnoarqueologia como propiciadora de circunstâncias para trabalho coletivo entre distintas pessoas arqueólogas que almejam criar arqueologias locais, contribuindo também para as teorias mais amplas. A etnoarqueologia “representa uma oportunidade para desenvolver uma sinergia entre filosofias ocidentais e não ocidentais, resultando em uma compreensão nuançada do passado” (CHIRIKURE, 2016, p. 696, tradução nossa). Ademais, há entendimentos de que as práticas etnográficas da etnoarqueologia permitem que seus praticantes experienciem outros ritmos temporais “ouvindo o que as pessoas e a materialidade podem falar sobre seu próprio tempo” (SILVA, 2017, p. 180), participando também das relações produtivas e de procedimentos necessários para a aquisição de habilidades, compreendendo, assim, melhor outras ontologias sobre os materiais (RODRIGUES, 2021).

Fica evidente, então, que a etnoarqueologia se modificou de diversas formas. Em uma definição mais recente, buscando dar conta desses diversos desdobramentos, Lyons e David (2019, p. 102) propuseram a definição de que a “etnoarqueologia compreende formas de etnografia realizadas por pessoas arqueólogas que desejam entender as relações entre as pessoas e seus mundos tangíveis, intangíveis e invisíveis”. Não obstante, para complexificar um pouco mais, nem todos os estudos etnoarqueológicos obrigatoriamente envolvem a prática etnográfica, por mais que estejam lidando com algum tipo de fonte etnográfica.

Apropriando-se do entendimento de etnoarqueologia formulado por Carol Kramer (1979), no qual articula dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos, Noelli (1993) valeu-se de informações etnográficas e arqueológicas para construção de um modelo etnoarqueológico Guarani. Ademais, outras etnoarqueologias recorreram a coleções etnográficas mantidas em museus, conforme apontaram A. González-Ruibal (2003) e F. Silva (2009b). Nessas pesquisas o limite temporal do “presente etnográfico” também é ultrapassado, tal qual as proposições de Lane (2015) e Lyons e Casey (2016). Não obstante, existem posicionamentos que não entendem essas modalidades enquanto etnoarqueologia, justamente por elas não produzirem dados etnográficos em primeira mão sobre populações vivas (POLITIS, 2015). Ao considerar a etnoarqueologia dessa maneira um tanto quanto estreita, tal compreensão não percebe o enorme potencial das coleções etnográficas para uma perspectiva mais ampla das faturas humanas em termos de variabilidade artefactual e de alcance temporal. Alguns estudos etnoarqueológicos têm evidenciado boas possibilidades de ampliação das fontes para a arqueologia ao articular questões arqueológicas com coleções etnográficas, visibilizando também as tecnologias perecíveis, cujos vestígios pouco sobrevivem no registro arqueológico (ESTÉVEZ, MITJÀ, 2006; GASPAR, RODRIGUES, 2020; PETERSEN *et al.*, 2001).

Diante do exposto, vislumbra-se que a etnoarqueologia caminhou bastante para além de sua concepção original fortemente marcada pelo positivismo e materialismo. Ao reconhecer a importância da integração de valores e práticas intangíveis, a materialidade e a historicidade de lugares, de monumentos e de artefatos, a etnoarqueologia se ampliou demonstrando não ter limites de contribuição para a arqueologia (BIAGETTI; LUGLI, 2016). Com base em diversos trabalhos (BRADY, KEARNEY, 2016; CHIRIKURE, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003; LYONS, CASEY, 2016; LYONS, DAVID, 2019; MACHADO *et al.*, 2020; RODRIGUES, 2021; SILVA, 2021; SILVA, 2017), fica evidente que a etnoarqueologia não é mais apenas um estudo de pessoas apagadas por uma etnografia pretensamente neutra e centrada apenas nas consequências materiais do comportamento humano, mas sim tornou-se um estudo feito, sobretudo, com as pessoas.

Ao lançar mão da prática etnográfica, a etnoarqueologia se transformou enquanto subdisciplina da arqueologia e antropologia. Ela continua sendo uma alternativa de pesquisa com grande potencial de construção de caminhos para a avaliação crítica de teorias em arqueologia, especialmente quando há colaboração com diferentes pessoas detentoras de outras perspectivas cosmológicas e ontológicas.

SOBRE CRÍTICAS E CONTRA CRÍTICAS

A etnoarqueologia em sua abordagem processualista-positivista passou por uma queda de produção em torno de 1990, em função de inúmeras críticas (LANE, 2006; LYONS, CASEY, 2016). Contudo, ao passo que algumas dessas críticas cabem somente a esta forma de etnoarqueologia “clássica”, nos termos de González-Ruibal (2016), outras servem para a arqueologia e a antropologia como um todo.

Ao se dedicar à identificação de correlatos universais e transculturais capazes de auxiliar na explicação do registro arqueológico, a etnoarqueologia positivista foi atrás de populações supostamente apartadas da modernidade (CUNNINGHAM, 2009). Com uma postura de desprezo para com as pessoas etnografadas, restringindo-se apenas à compreensão entre comportamento e cultura material, essa versão foi considerada uma forma leve de etnografia, na qual teoria e método eram irrelevantes aos seus praticantes (CUNNINGHAM, 2009; SILVA, 2021).

Essas posturas, dentre outras, foram criticadas por Gosselain (2016) que até sugeriu o abandono da etnoarqueologia. Tal proposição não faz nenhum sentido por uma série de razões. Primeiramente, para definir o que é etnoarqueologia, Gosselain (2016, p. 220-221) recorreu à satírica definição de Paul Bahn, porém, excluiu o subsequente trecho no qual Bahn (1993, p. 54-55) esclarece que etnoarqueologia em questão faz parte da Nova Arqueologia, praticada, principalmente, por norte-americanos. Ou seja, trata-se da versão “clássica”, que, como demonstrado acima, não dá conta de abranger todas as ramificações recentes dessa subdisciplina. O que Gosselain (2016) sugere descartar, na verdade, é uma modalidade específica de etnoarqueologia, sendo incapaz de considerar diversos desdobramentos ocorridos entre final do século XX e início do século XXI.

A crítica de que a etnoarqueologia separa povos ocidentais-modernos, que não são aptos à pesquisa, e povos não-ocidentais e pré-modernos, que estão aptos à pesquisa (GOSSELAINE, 2016), sequer considera o trabalho de Rathje (1978) e, atualmente, como posto, o questionamento desse pressuposto foi feito por Cunningham e MacEachern (2016). Outrossim, tal separação não se restringe apenas à etnoarqueologia, na medida em que arqueologia e antropologia, como um todo, estiveram à serviço do imperialismo e colonialismo, facilitando o conhecimento e conquista de outras populações não-ocidentais (TRIGGER, 1996; LA SALLE, 2010)⁶.

A desconsideração das contingências e particularidades históricas da etnoarqueologia, a favor da busca por generalizações, realçada por Gosselain (2016), ainda continua a ser feita (ROUX, 2007). Não obstante, há tempos isso vem sendo criticado (GOULD, 1980; RATHJE, 1978). Vimos acima que Lane (2006; 2015) defende a historicização da etnoarqueologia, Lyons e Casey (2016) destacam a importância da etnoarqueologia na comparação de mudanças e continuidades na materialidade em relação ao passado arqueológico, ao passo que Brady e Kearney (2016) articulam a etnoarqueologia com epistemologias indígenas para questionar a própria noção linear de tempo ocidental.

A falta de discussão sobre métodos de coletas de informações, entrevistas e problemas de amostragem em etnoarqueologia, ironizados por Gosselain (2016), além de ser válido para a própria etnografia feita pela antropologia (CLIFFORD, 2014), também foi apontada em outros trabalhos que foram além da crítica pela crítica, reunindo os principais métodos usados na etnoarqueologia (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003; HODDER, 2012; SILVA, 2021). Como nos lembra V. Roux (2017), em sua contra crítica a Gosselain (2016), os métodos são interdisciplinares, visto que alguns objetivos de pesquisa transcendem a etnoarqueologia.

Em tom provocativo, Gosselain (2016) afirmou que a etnoarqueologia pode ser substituída por arqueologia experimental, linguística histórica, história da arte e antropologia histórica. No que tange à experimentação, ele se esquece de que ela se limita aos materiais, sendo incapaz de entender a relação entre pessoas e materiais, como ressaltado por Skibo (1992), um autor que entende a etnoarqueologia e a experimentação como estratégias imprescindíveis e, acima de tudo, complementares.

A sugestão de substituição da etnoarqueologia por informações da linguística histórica, história da arte e antropologia histórica desconsidera a importância da prática etnográfica na reflexão sobre conceitos e teorias, bem como sua capacidade de dialogar e levar a sério os entendimentos e as ontologias de diversos informantes. Tal sugestão de Gosselain (2016), ademais, apaga um princípio de suma importância, constantemente evocado nas críticas pós-coloniais, que tampouco foi lembrado pelo autor: a ética de pesquisa com outros povos. Várias revisões de pesquisas etnoarqueológicas (CUNNINGHAM, 2009; CUNNINGHAM, MACEACHERN, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003; LANE, 2015; LYONS, CASEY, 2016; POLITIS, 2015; SILVA, 2021) mencionam esse princípio. Questões sobre ética (ou a falta de ética) e sobre usos da analogia etnográfica contribuíram para a “morte” da etnoarqueologia, que somente depois de “renascer” voltou a investigar a relação entre dimensões tangíveis e intangíveis dos humanos e suas práticas, incluindo em sua agenda as consequências dos encontros coloniais (LANE, 2015). Como salientaram D. Lyons e N. David (2019), parece que as críticas de Gosselain (2016) foram feitas por desconhecer as pesquisas etnoarqueológicas das duas últimas décadas.

ETNOARQUEOLOGIA E OUTRAS RELAÇÕES DA ARQUEOLOGIA COM A PRÁTICA ETNOGRÁFICA

É imprescindível que as pesquisas etnoarqueológicas hoje em dia envolvam bastante tempo de relação com as comunidades, tendo engajamento social e ético, aprendizado colaborativo e constante reflexão crítica acerca das relações de poder que permeiam as pesquisas (CHIRIKURE, 2016; CUNNINGHAM, MACEACHERN, 2016; LYONS, CASEY, 2016; SILVA, 2021). Isso, por sua vez, põe em relevo algumas convergências e diferenças entre os diversos envolvimento com a etnografia por parte da arqueologia, como a arqueologia do presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008), a etnografia arqueológica, também conhecida por arqueologia etnográfica (HAMILAKIS, 2011), e as práticas colaborativas baseadas na comunidade (ATALAY, 2012).

Se a etnoarqueologia for pensada em termos mais estreitos, no sentido “clássico”, enquanto “aquisição de dados etnográficos originais para auxiliar a interpretação arqueológica” e “estudo das relações entre comportamento humano e as consequências arqueológicas no presente” (POLITIS, 2015, p. 44, tradução nossa), é mais simples de ser

distinguida das outras práticas que se relacionam com etnografia, por elas não se interessarem pela argumentação analógica e, também, diminuírem a distinção entre passado e presente. Outrossim, Politis (2015) entende que a etnoarqueologia se concentra em sociedades cujo nível de complexidade pode ser comparável ao das sociedades pretéritas, ao passo que a arqueologia do presente e etnografia arqueológica estudam a modernidade. Como visto, a noção de que a etnoarqueologia lida com povos fora da modernidade não é mais tão aceita (CUNNINGHAM; MACEACHERN, 2016) e, ainda, isso nos leva a questionar sobre como é possível saber que as ditas sociedades “tradicionais” estão no mesmo nível de complexidade em relação às sociedades pretéritas, desconhecidas por nós.

Ian Hodder (2012), em sua nova introdução do livro *The Present Past*, publicado originalmente em 1982, entende que a etnoarqueologia está à serviço da arqueologia colonialista, argumentando que a etnografia arqueológica é uma modificação da etnoarqueologia elaborada por pessoas “arqueólogas e antropólogas comprometidas com relatos culturais detalhados e com as dificuldades éticas de comparar passado e presente” (HODDER, 2012, p. 8-9, tradução nossa). Contudo, visto que temporalidade, materialidade, relações das pessoas com o mundo material, construções do patrimônio e relações subsequentes, modos de historicização e reflexividade sobre teorias e conceitos arqueológicos também fazem parte da agenda de pesquisas etnoarqueológicas mais atuais, fica difícil separar de forma clara certas etnoarqueologias da etnografia arqueológica (HAMILAKIS, 2011) e da arqueologia do presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008). Há entendimentos de que a etnoarqueologia também possa ser uma arqueologia do presente (SILVA, 2009b; SILVA, 2017) e o próprio A. González-Ruibal (2008, p. 26, tradução nossa) já afirmou que “a arqueologia do presente é uma forma menos colonial e mais comprometida de levar a cabo o trabalho etnoarqueológico”.

Pode-se argumentar que a *analogia* seja uma palavra-chave para a distinção entre etnoarqueologia e outras arqueologias que recorrem à prática etnográfica. Todavia, é importante considerar que o raciocínio analógico, em diferentes níveis, faz parte de qualquer trabalho etnográfico e arqueológico, assim como esses trabalhos se valem de metáforas e comparações (CLIFFORD, 2014; HODDER, 2012; WAGNER, 2010; WYLIE, 1985). De todo modo, a questão central é a finalidade de recorrer à prática etnográfica apenas, e tão somente, para gerar análogos etnográficos para as inferências arqueológicas, o que existe em pesquisas etnoarqueológicas, muito embora isso não seja mais a motivação central das abordagens recentes.

A etnografia arqueológica é multi-situada, confrontando diversos pontos de vistas sobre a materialidade, a temporalidade e o patrimônio por parte de profissionais da arqueologia, da população local e de visitantes em determinados contextos, geralmente nos sítios arqueológicos (HAMILAKIS, 2011). Nas etnoarqueologias mais recentes (LANE, 2015; BRADY, KEARNEY, 2016), comparações entre a visão acadêmica e a da população com a qual se está relacionando também ocorrem, refletindo sobre o tempo, a materialidade e a construção do patrimônio. Contudo, há uma grande diferença sobre a quantidade de visões que estão em questão, assim como o fato de que as próprias pessoas arqueólogas, que não estão fazendo etnografia, estão sob o escrutínio de um observador externo no âmbito da etnografia arqueológica.

Mesmo sem ter alguém que faça a observação externa e estude a relação entre profissionais da arqueologia e pessoas não-arqueólogas, algumas propostas etnoarqueológicas chamam a atenção para importância de confrontar as teorias e conceitos da arqueologia com visões nativas e também de outras pessoas envolvidas na pesquisa

(BRADY, KEARNEY, 2016; CHIRIKURE, 2016; CUNNINGHAM, 2009; LANE, 2006; 2015; LYONS, CASEY, 2016; LYONS, DAVID, 2019; SILVA, 2021). Alguns trabalhos, como o de Brady e Kearney (2016) e Lane (2006; 2015) apontaram as semelhanças de suas pesquisas com alguns aspectos das “arqueologias indígenas”, evidenciando mais uma convergência. Contudo, cabe lembrar que as arqueologias indígenas, embora comumente especificadas enquanto arqueologias feitas *com*, *para* e *por* povos indígenas, vinculadas a lutas indígenas por território, autodeterminação, repatriação, dentre várias demandas locais, são plurais e variáveis (AYALA, 2020; COLWELL-CHAN-THAPHONH *et al.*, 2010; SILVA, 2012; 2021). Tais arqueologias não se resumem à etnoarqueologia, por mais que esta subdisciplina possibilite pontos de encontro entre distintas visões de mundo e que, ainda, autores indígenas (WAI WAI, 2019; WAI WAI, 2017) tenham recorrido à etnoarqueologia em seus trabalhos. Como pontuou Jair Munduruku (2019, p. 60): “Para mim, a Arqueologia e Etnoarqueologia são ferramentas para (re)construirmos a nossa história que está escrita nos lugares, nas coisas do passado, nas plantas, na memória do povo...”.

Por fim, a realização de estudos etnoarqueológicos tem um grande potencial para a construção de perspectivas colaborativas e baseadas nas comunidades. Existem pessoas que trabalham com todas essas abordagens e também é possível perceber que a própria experiência colaborativa resultou de prévias experiências motivadas pela etnoarqueologia, sobretudo no Brasil (p. ex. ATALAY, 2012; CARVALHO, 2015; 2018; CARVALHO, SOARES, 2021; GREEN *et al.*, 2010; GUARALDO ALMEIDA, 2012; JÁCOME, WAI WAI, 2020; MACHADO, 2010; 2013; MACHADO *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2010; 2011). Pesquisas etnoarqueológicas têm ampliado o grau de colaboração, na medida em que reconhecem seus interlocutores enquanto “agentes capazes de produzir suas próprias histórias e discursos sobre a materialidade, e de realizar suas próprias (etno)arqueologias” (SILVA, 2021, p. 193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a etnoarqueologia passou por uma série de transformações, tal como a própria arqueologia como um todo. Diante de críticas, ela “morreu” e “renasceu” (LANE, 2015). Assim, parece ser mais adequado pensá-la no plural. Certamente há limites, mesmo com suas modificações. Entretanto, para além da versão “clássica”, recentes perspectivas apresentam interseções com outras arqueologias que também se valem da prática etnográfica, cujos novos termos para seus engajamentos etnográficos foram introduzidos diante de insatisfações com a etnoarqueologia. Ainda que algumas dessas abordagens reflitam de fato novas áreas de pesquisa, Cunningham (2009) e Lyons e Casey (2016) alertaram para o fato de que a formulação de novos nomes pretendeu se esquivar da caricatura positivista da etnoarqueologia, contudo, na prática muitas dessas propostas se sobrepõem às perspectivas etnoarqueológicas contemporâneas. O entendimento desses autores não é unânime e isso não significa que qualquer envolvimento da arqueologia com a prática etnográfica possa ser denominado de etnoarqueologia, por mais que ela tenha pavimentado o caminho para outras práticas, como reconheceu Hamilakis (2011). Em todo caso, cabe ressaltar que se a postura colonialista de boa parte dos estudos etnoarqueológicos é a única justificativa para abandonar essa subdisciplina, ou ser usada como subterfúgio para não considerar uma pesquisa enquanto etnoarqueológica, o mesmo deveria ser feito em relação à arqueologia como um todo, cuja maioria esmagadora dos trabalhos não escapa das críticas pós-coloniais.

Materialidade, temporalidade, ética, crítica e reflexividade são alguns dos temas presentes nas diversas relações que a arqueologia estabeleceu com a prática etnográfica. Eles realçam a grande capacidade que essa prática tem em fomentar choques epistêmicos. Se o contato com a alteridade fomentou mudanças no olhar sobre determinados fenômenos, que passaram a ser concebidos como arqueológicos, antes mesmo da arqueologia surgir como disciplina, após a intensificação e diversificação das práticas etnográficas muitas das “verdades” da arqueologia foram repensadas e reposicionadas.

A etnoarqueologia foi desenvolvida para buscar informações ausentes das etnografias fornecidas pela antropologia e, ao fazer isso, esteve permeada de cientificismo e neutralidade, apagando as pessoas etnografadas e, conseqüentemente, seus entendimentos de mundo. Ao integrar perspectivas hermenêuticas amplificou-se a compreensão das dimensões política, simbólica e ideológica das relações humanas com o mundo material, incluindo a evidenciação da interação política entre quem faz a etnografia e seus informantes. Somente após críticas pós-coloniais, contudo, que as questões em torno da ética de pesquisa foram realçadas e algumas perspectivas etnoarqueológicas passaram a valorizar e considerar com mais seriedade outras epistemologias, cosmovisões e ontologias. O presente etnográfico, nesse sentido, deixou de ser um simples instrumento à serviço do fornecimento de “alimentos” e percepções para a imaginação e reconstituição arqueológica, preocupada única e exclusivamente com o passado. Com as etnoarqueologias pós-coloniais, o presente etnográfico foi historicizado e se tornou um caminho para fazer uma arqueologia eticamente comprometida e questionadora de seus próprios conceitos, como, por exemplo, a corrente ênfase antropocêntrica e a concepção de tempo linear ocidental.

A construção de diversas etnoarqueologias propiciou momentos de choques epistêmicos cruciais para a reinvenção na forma de construir e refletir sobre o conhecimento arqueológico. Através da interação com distintas populações, a concepção e o exercício da arqueologia inexoravelmente se transformaram, mesmo quando se acreditava na possibilidade de se praticar a etnografia de forma neutra, objetiva e não participativa. Elas continuaram se modificando, ampliando ainda mais as coexistências de práticas, definições e, quiçá, mundos e tempos. Deste modo, é praticamente impossível pensar, por exemplo, o que seria da Nova Arqueologia, das Arqueologias Interpretativas e das Arqueologias Pós-coloniais se elas não tivessem tido, cada uma à sua maneira, a experiência do outro, especialmente pela imersão etnográfica.

Uma vez que a etnoarqueologia também pode ser etnografia, pensada aqui enquanto “teoria vivida” (PEIRANO, 2008) e “momento etnográfico” (STRATHERN, 2014), e, portanto, potencialmente geradora de choques epistêmicos capazes de afetar, de forma inelutável, seus praticantes, entende-se que a etnoarqueologia, e seus diversos desdobramentos, está para a arqueologia assim como a etnografia está para a antropologia. Ao interagir com a alteridade, enfrentando uma série de desafios e situações imprevisíveis, e por isso mesmo fora do controle de seus praticantes, a etnoarqueologia possibilita vivências e experiências alternativas. Isso, por sua vez, incita a avaliação de conceitos, reificações e até mesmo as motivações que levam seus praticantes a interagir com várias e distintas populações. Mesmo diversa, a etnoarqueologia é uma estratégia movida pela relação entre arqueologia e prática etnográfica, cuja epistemologia é composta por diferentes pessoas (humanas e além de humanas), materiais, materialidade, ritmos e temporalidade.

AGRADECIMENTOS

Sou grato à prof.^a Fabíola Silva por sua orientação em minha pesquisa de doutorado e por me apresentar uma vasta bibliografia que fundamentou parte das reflexões apresentadas nesse texto. Agradeço também a quem fez os pareceres desse artigo, contribuindo para seu aperfeiçoamento, e aos financiamentos do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq (Processo n.144871/2017-3) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo n. 2017/13343-4).

KNOWLEDGE IN SHOCK: AN OVERVIEW OF THE TRANSFORMATIONS OF ETHNOARCHEOLOGY

Abstract: as a subdiscipline that articulates ethnographic and archaeological practices, ethnoarchaeology has been defined in different ways and in different places since its establishment in the mid-20th century. With a brief bibliographic review, this article presents the main changes it has undergone, demonstrating that ethnoarchaeology can no longer be reduced to a single research strategy that has only positivism as its philosophical basis. We argue that ethnoarchaeology has changed as much as the ethnographic and archaeological practices that compose it and legitimize it as a subdiscipline, especially when considering the great reflexive and affective potential provided by the ethnographic practice motivated by archaeological issues. The changes that have taken place in the objectives of ethnoarchaeology, in the forms of interaction of its practitioners with different populations, as well as in the production of its knowledge as a whole, are considered here through the notion of “epistemic shock”, inspired by Wagner’s (2010) idea of “cultural shock”.

Keywords: *Ethnoarchaeology. Ethnographic practice. Epistemology. History of Science.*

CONOCIMIENTO EN CHOQUE: UNA VISIÓN GENERAL DE LAS TRANSFORMACIONES DE LA ETNOARQUEOLOGÍA

Resumen: como subdisciplina que articula prácticas etnográficas y arqueológicas, la etnoarqueología ha sido definida de diferentes maneras y en diferentes lugares desde su establecimiento a mediados del siglo XX. Con una breve revisión bibliográfica, este artículo presenta los principales cambios que ha sufrido, demostrando que la etnoarqueología ya no puede reducirse a una sola estrategia de investigación que tiene como base filosófica únicamente el positivismo. Se entiende que la etnoarqueología ha cambiado tanto como las prácticas antes mencionadas que la componen y la legitiman como subdisciplina, más aún cuando se considera el gran potencial reflexivo y afectivo que brinda la práctica etnográfica, motivada por cuestiones arqueológicas. Los cambios que se han producido en los objetivos de la etnoarqueología, en las formas de interacción de sus practicantes con diferentes poblaciones, así como en la producción de su conocimiento en su conjunto, son pensados aquí a través del “choque epistémico”, inspirado en la idea de “choque cultural” de Wagner (2010).

Palabras clave: *Etnoarqueología. Práctica etnográfica. Epistemología. Historia de la ciencia.*

Notas

- 1 A palavra *ethnographia*, composta por *ethnos* (“povo”) e *graphia* (“descrição ou escrita”) (INGOLD, 2022), advém do alemão *Völker-Beschreibung*, termo desenvolvido por pesquisadores germânicos em 1740, no contexto da descrição de povos siberianos no século XVIII (VERMEULEN, 2015; VIERTLER, 2017). O termo *ethnographia* começou a ser empregado somente a partir de 1767 (VERMEULEN, 2015).
- 2 Cabe ressaltar que a importância da teoria só começou a ser discutida de forma explícita e consciente na arqueologia com o advento do processualismo, conforme ressaltaram alguns autores (JOHNSON, 2000; GONZÁLEZ-RUIBAL; VILA, 2018).
- 3 Com raízes na filogenia, essa abordagem foi empregada na América do Norte entre fins do século XIX e início do XX, tendo como pressuposto a continuidade histórica entre o presente etnográfico e as fontes arqueológicas e históricas (ASCHER, 1961; CHANG, 1967; LYMAN; O'BRIEN, 2001).
- 4 Brady e Kearney (2016) também entendem que a etnoarqueologia é bem próxima das arqueologias indígenas, por ser menos centrada numa temporalidade linear e empiricista, buscando outros métodos de compreensão do mundo material. Porém, apesar dessa aproximação, os autores afirmam que a etnoarqueologia e as arqueologias indígenas não são exatamente a mesma coisa. Para mais detalhes sobre as arqueologias indígenas ver, por exemplo, Silva (2012) e Ayala (2020).
- 5 Conforme V. Roux (2013), a “Antropologia das Técnicas” pode ser considerada uma das três tendências etnoarqueológicas francesas.
- 6 Para casos de usos da arqueologia em contextos de conflitos sociais no Brasil ver, por exemplo, Rocha *et al.* (2013), Oliveira (2016) e Pugliese Jr. e Valle (2016).

Referências

- ARNOLD, Dean E. Ethnomineralogy of Ticul, Yucatan potters: etics and emics. *American Antiquity*, Cambridge, v. 36, n. 1, p. 20-40, jan. 1971.
- ASCHER, Robert. Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology*, Chicago, v. 17, n. 4, p. 317-325, 1961.
- ATALAY, Sonya. *Community-Based Archaeology*. Research with, by, and for Indigenous and Local Communities. Berkeley: University of California, 2012.
- AYALA, Patricia. Arqueologias indígenas: una mirada desde el Sur. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [S.L], v. 34, p. 26-31, jun. 2020.
- BAHN, Paul. *Manual do Blefador*. Tudo o que você precisa saber sobre Arqueologia para nunca passar vergonha. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 1993.
- BIAGETTI, Stefano; LUGLI, Francesca. Introduction. In: BIAGETTI, Stefano; LUGLI, Francesca (eds.). *The Intangible Elements of Culture in Ethnoarchaeological Research*. Cham: Springer International Publishing AG, 2016, p. v-vii.
- BINFORD, Lewis. Smudge pits and hide smoking: The use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, Cambridge, v. 32, n. 1, p. 1-12, 1967.
- BINFORD, Lewis. Willow Smoke and Dog's tails: Hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, Cambridge, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.
- BINFORD, Lewis; SABLOFF, Jeremy. Paradigms, Systematics, and Archaeology. *Journal of Anthropological Research*, v. 38, n. 2, p. 137-153, 1982.
- BRADY, Liam M.; KEARNEY, Amanda. Sitting in the gap: ethnoarchaeology, rock art and methodological openness. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 642-655, 2016.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. A travessia atlântica de Árvores Sagradas: etnoarqueologia e estudos de paisagem no Quilombo do Boqueirão-Vila Bela-MT. *Revista Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 237-265, jan./jun. 2015.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. *Visibilidade do Negro*: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARVALHO, Patrícia Marinho de; SOARES, Alice de Matos. “Todo poder ao povo preto”: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiaspóricos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 37, p. 164-177, 2021.

CHANG, Kwang-Chih. Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology. *Current Anthropology*, Chicago, v. 3, n. 8, p. 227-243, 1967.

CHIRIKURE, Shadrek. ‘Ethno’ plus ‘archaeology’: what’s in there for Africa(ns)? *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 693-699, 2016.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. 4ª Ed., 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J.; LIPPERT, Dorothy; MCGUIRE, Randall H.; NICHOLAS, George P.; WATKINS, Joe E.; ZIMMERMAN, Larry J. The premise and promise of indigenous archaeologies. *American Antiquity*, Cambridge, v. 75, n. 2, p. 228-238, apr. 2010.

CUNNINGHAM, Jerimy J. Craft Production and Capitalism: Intangible Interfaces. In: BIAGETTI, Stefano; LUGLI, Francesca (eds.). *The Intangible Elements of Culture in Ethnoarchaeological Research*. Cham: Springer International Publishing AG, 2016. p. 185-190.

CUNNINGHAM, Jerimy J. Ethnoarchaeology beyond Correlates. *Ethnoarchaeology*, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009.

CUNNINGHAM, Jerimy J.; MACEACHERN, Scott. Ethnoarchaeology as slow science. *World Archaeology*, v. 8, n. 5, p. 628-641, 2016.

DAVID, Nicholas. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 11, n. 4, p. 330-359, 1992.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ESTÉVEZ, Jordi; MITJÀ, Assumpció Vila I. Colecciones de museos etnográficos en arqueología. *Etnoarqueología de la Prehistoria más allá de la analogía*, Treballs D’Etnoarqueologia, v. 6, p. 241-254, 2006.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERREIRA, Lúcio M.; NOELLI, Francisco S. João Barbosa Rodrigues: precursor da etn classificação na arqueologia amazônica. *Amazônica*, v. 1, n. 1, p. 68-95, 2009.

FEWKES, Jesse W. The prehistoric culture of Tusayan. *American Anthropologist*, v. 9, n. 5, p. 151-173, 1896.

FEWKES, Jesse W. Tusayan migration traditions. *Bureau of American Ethnology*. Annual Report, v. 19, p. 577-633, 1900.

GASPAR, Meliam V.; RODRIGUES, Igor M. M. Coleções etnográficas e Arqueo-

logia: uma relação pouco explorada. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0018>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la Etnoarqueología a la Arqueología del Presente. In: BONET, J. S.; AZKÁRRAGA, J. M.; ROSADO, H. B. (Coord.). *Mundos Tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museu de Prehistoria de Valencia, 2008, p. 16-27.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Ethnoarchaeology or simply archaeology? *World Archaeology*, v. 8, n. 5, p. 687-692, 2016.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *La experiencia del otro: una introducción a la etnoarqueología*. Madrid: Akal, 2003.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The Past is Tomorrow. Towards an Archaeology of the Vanishing Present. *Norwegian Archaeological Review*, v. 39, n. 2, p. 110-125, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; HERNANDO, Almudena; POLITIS, Gustavo. Ontologia da pessoa e cultura material: manufatura de flechas entre os caçadores-coletores Awá. In: HERNANDO, A.; COELHO, E. M. B. (orgs.). *Estudos sobre os Awá: caçadores-coletores em transição*. São Luís: Ed. EDUFMA/IWGIA, 2013. p. 91-130.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; VILA, Xurxo Ayán. *Arqueología: Una introducción al estudio de la materialidad del pasado*. Madrid: Alianza Editorial, 2018.

GOSSELAIN, Olivier P. To hell with ethnoarchaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 23, n. 2, p. 215-228, 2016.

GOULD, Richard A. From Tasmania to Tucson: New Directions in Ethnoarchaeology. In: GOULD, R. A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 1-10.

GOULD, Richard A. *Living Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

GOULD, Richard A. The archaeologist as ethnographer: a case study from the western desert of Australia. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 143-177, 1971.

GOULD, Richard A.; KOSTER, Dorothy A.; SONTZ, Ann HL. The lithic assemblage of the Western Desert Aborigines of Australia. *American Antiquity*, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 149-169, 1971.

GREEN, Lesley F.; GREEN, David R.; NEVES, Eduardo G. Conocimiento indígena y ciencia arqueológica. Los retos de la arqueología pública em la reserva Uaçá. In: GNECCO, C.; ROCAABADO, P. A. (eds.). *Pueblos indígenas y arqueología em América Latina*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2010. p. 301-342.

GUARALDO ALMEIDA, Fabio. *Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, Baixo Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HAMILAKIS, Yannis. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. *Annual Review of Anthropology*, v. 40, p. 399-414, 2011.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Ethnography: principles and practice*. 3. ed. Taylor & Francis e-Library, 2007.

HODDER, Ian. *Symbols in action*. Ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, Ian. *The Present Past*. An introduction to Anthropology for Archaeologists. South Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd., 2012.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. *Estar Vivo*: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição, Petrópolis: Vozes, 2015. p. 327-347.

INGOLD, Tim. Conhecendo de Dentro. *Fazer*: Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 15-34.

JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime Xamen. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0140>. Acesso em: 12 jan. 2022.

JOHNSON, Matthew H. *Teoría arqueológica*. Una introducción. Barcelona: Ariel, 2000.

KLEINDIENST, Maxine R.; WATSON, Patty. J. Action archaeology: the archaeological inventory of a living community. *Anthropology Tomorrow*, v. 5, n. 1, p. 75-78, 1956.

KRAMER, Carol. Introduction. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology*. Implications of Ethnography for Archaeology. New York: Columbia University Press, 1979. p. 1-20.

LANE, Paul. Present to past. In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (eds.). *Handbook of Material Culture*. London: SAGE Publications, 2006. p. 402-424.

LANE, Paul. Peripheral Vision: Reflections on the Death and Rebirth of ethnoarchaeology. In: CROOK, R.; EDWARDS, K.; HUGHES, C. (eds.). *Breaking Barriers*. Proceedings of the 47th Annual Chacmool Archaeological Conference. November 7-9, 2014. The University of Calgary, 2015. p. 19-34.

LA SALLE, Marina. Community collaboration and other good intentions. *Journal of the World Archaeological Congress*, v. 6, n. 3, p. 410-422, 2010.

LYMAN, R. Lee; O'BRIEN, Michael J. The direct historical approach, analogical reasoning, and theory in Americanist archaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 8, n. 4, p. 303-323, 2001.

LYONS, Diane; CASEY, Joanna. It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 609-627, 2016.

LYONS, Diane; DAVID, Nicholas. To hell with ethnoarchaeology... and back! *Ethnoarchaeology*, v. 11, n. 2, p. 99-133, 2019.

MACHADO, Juliana S. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação a partir de uma visão etnoarqueológica. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v. 1, Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 343-364.

MACHADO, Juliana S. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

MACHADO, Juliana Salles; TSCHUCAMBANG, Copacâm; FONSECA, Jidean Raphael. Stones, Clay and People Among the Laklânô Indigenous People in Southern Brazil, *Archaeologies*, v. 16, p. 460-491, 2020.

MARCINIAK, Arkadiusz; YALMAN, Nurcan. Non-anglophone Ethnoarchaeologies in the Past and Today: An Introduction. In: MARCINIAK, A.; YALMAN, N. (eds.). *Contesting ethnoarchaeologies*. Traditions, Theories, Prospectus. New York: Springer, 2013. p. 1-13.

MUNDURUKU, Jair Boro. *Caminhos para o passado: Oca'ô, Agôkabuk e cultura material Munduruku*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

NOELLI, Francisco S. *Sem tekohá não há tekó*. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1993.

OLIVEIRA, Jorge E. de. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 29, n. 1, p. 136-160, 2016.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe* [online], 2. 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1890>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PETERSEN, James; HECKENBERGER, Michael; WOLFORD, Jack. Spin, Twist, and Twine: an ethnoarchaeological examination of group identity in native fiber industries from Greater Amazonia. In: DROOKER, Penelope (ed.). *Fleeting Identities: Perishable Material Culture in Archaeological Research*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, 2001. p. 226-253.

POLITIS, Gustavo. Reflections on Contemporary Ethnoarchaeology. *PYRENAE*, v. 1, n. 46, p. 41-83, 2015.

PUGLIESI JR, Francisco Antonio; VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. Sobre sítios arqueológicos e violações de direitos culturais dos povos indígenas e tradicionais pelos projetos de usinas hidrelétricas na bacia do rio Tapajós. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (orgs.). *Ocekadí. Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistências na bacia do rio Tapajós*. Brasília, DF. International Rivers Brasil: Santarém, PA, UFOPA, 2016. p. 417-436.

RATHJE, William L. Archaeological Ethnography...Because Sometimes It Is Better to Give than to Receive. In: GOULD, R. A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 49-75.

ROCHA, Bruna; JÁCOME, Camila; STUCHI, Francisco; MONGELÓ, Guilherme; VALLE, Raoni. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 130-140, p. 2013.

RODRIGUES, Igor M. M. Corpos que emergem: vegetais trançados e sua persistência entre os povos do rio Mapuera. *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 3, p. 146-177, 2021.

ROUX, Valentine. Ethnoarchaeology: a nonhistorical science of reference necessary for interpreting the past. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, n. 2, p. 153-178, 2007.

ROUX, Valentine. Ethnoarchaeology in France: Trends and Perspectives. In: MARCINIAK, A.; YALMAN, N. (eds.). *Contesting ethnoarchaeologies*. Traditions, Theories, Prospectus. New York: Springer, 2013, p. 17-34.

ROUX, Valentine. Not to throw the baby out with the bathwater. A response to Gosselain's article. *Archaeological Dialogues*, v. 24, n. 2, p. 225-229, 2017.

SILVA, Fabíola A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n.1, p. 27-37, 2009a.

SILVA, Fabíola A. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Fabíola A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n.16, p. 121-139, 2009b.

SILVA, Fabíola A. *Etnografando a Arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico*. Tese (Livre-docência em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SILVA, Fabíola A. O Plural e o Singular das Arqueologias Indígenas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

SILVA, Fabíola A.; BESPÁLEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatnemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*, Revista de Antropologia, v. 3, p. 1, p.32-59, 2011.

SILVA, Fabíola A. STUCHI, Francisco F.; BESPÁLEZ, Eduardo; POUGET, Frederic C. Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na Terra Indígena Kaiabi (MT\PA). In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v. 2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 775-794.

SILVA, Lucas A. da. (Re)visitando as pessoas e as coisas: a Etnoarqueologia enquanto uma Arqueologia do Presente. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 175-185, 2017.

SKIBO, James. *Pottery Function: A use-alteration perspective*. New York/London: Plenum Press, 1992.

STANISLAWSKI, Michael B. The relationship of Ethnoarchaeology, Traditional, and Systems Archaeology. In: DONNAN, C. B.; CLEWLOW JR., C. W. (eds.). *Ethnoarchaeology*. Los Angeles: University of California, 1974. p. 15-26.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.

TRIGGER, Bruce G. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. In: PREUCEL, R.; HODDER, I. (eds.). *Contemporary Archaeology in Theory: A reader*. Massachusetts: Blackwell publishers, 1996. p. 615-631.

VERMEULEN, Han F. *Before Boas: the genesis of ethnography and ethnology in the German Enlightenment*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2015.

VIERTLER, Renate B. *Os fundamentos da teoria antropológica alemã*. Etnologia e antropologia em países de língua alemã: 1700-1950. São Paulo: Annablume, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipiti*, v. 2, n. 1, p. 3-22, 2004.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WAI WAI, Cooni. *A cerâmica Wai Wai: modos de fazer do passado e do presente*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

WAI WAI. Jaime Xamen. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas-Mapuera (Pará, Brasil)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

WYLIE, Alison. The reaction against analogy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 8, p. 63-111, 1985.